



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do
Estado do Espírito Santo

Planejamento Estratégico

2021 - 2026

RESULTADOS DE 2024



MESA DIRETORA

Biênio 2024-2025

Desembargador Samuel Meira Brasil Jr.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)

Desembargador Namyr Carlos de Souza Filho

Vice-Presidente do TJES

Desembargador Willian Silva

Corregedor Geral da Justiça

Desembargadora Eliana Junqueira Munhós Ferreira

Vice-Corregedora Geral da Justiça

Tribunal Pleno

Desembargador Samuel Meira Brasil Jr. – Presidente do TJES

Desembargador Namyr Carlos De Souza Filho – Vice-Presidente do TJES

Desembargador Willian Silva – Corregedor-Geral da Justiça

Desembargadora Eliana Junqueira Munhós Ferreira – Vice-Corregedora Geral da Justiça

Desembargador Pedro Valls Feu Rosa

Desembargador Fabio Clem de Oliveira

Desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama

Desembargador Carlos Simões Fonseca

Desembargador Namyr Carlos de Souza Filho

Desembargador Dair José Bregunze de Oliveira

Desembargadora Janete Vargas Simões

Desembargador Robson Luiz Albanez

Desembargador Wallace Pandolpho Kiffer

Desembargador Fernando Estevam Bravin Ruy

Desembargador Ewerton Schwab Pinto Júnior

Desembargador Fernando Zardini Antonio

Desembargador Arthur José Neiva de Almeida

Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos

Desembargador Júlio César Costa de Oliveira

Desembargadora Rachel Durão Correia Lima

Desembargador Helimar Pinto

Desembargador Eder Pontes da Silva

Desembargador Raphael Americano Câmara

Desembargadora Marianne Júdice de Mattos

Desembargador Sérgio Ricardo de Souza

Desembargador Ubiratan Almeida Azevedo

Desembargadora Débora Maria Ambos Corrêa da Silva

Desembargador Fábio Brasil Nery

Desembargadora Heloisa Cariello

Desembargador Marcos Valls Feu Rosa

Desembargador Convocado Aldary Nunes Junior

Sumário

Apresentação.....	6
A Estratégia Nacional.....	8
Metodologia.....	9
Identidade Estratégica.....	10
Perspectivas Estratégicas.....	11
Objetivos Estratégicos.....	13
Iniciativas Estratégicas.....	14
Catálogo dos Objetivos Estratégicos e das Iniciativas estratégicas associadas, relacionados com os Macrodesafios fixados pelo CNJ.....	15
Acompanhamento do Planejamento Estratégico.....	21
Considerações Finais.....	33

Apresentação

A formulação do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo obedeceu às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça para sua adequação à Estratégia Nacional, conforme previsto na Resolução CNJ nº 325 de 29 de junho de 2020 e referente ao período iniciado em 2021 com término previsto para o ano de 2026.

A necessidade de elaboração do novo Planejamento Estratégico do PJES levou à instituição do Ato Normativo nº 032 de 13 de abril de 2021. A constituição do Grupo de Trabalho para a elaboração do Planejamento Estratégico previu a participação efetiva de magistrados de primeiro e segundo graus, servidores e demais integrantes do sistema judiciário, sendo garantida a contribuição da sociedade.

Nesse contexto a formulação do Planejamento Estratégico do PJES foi iniciada com uma Consulta Pública realizada em janeiro de 2021 e que teve a finalidade de auxiliar na construção dos cenários prospectivos, indispensáveis para as escolhas, conforme constam da revisão do Plano Estratégico, vigente durante o período de 2015-2020, que ora finda.

Conforme diretriz do CNJ e com base na metodologia do Balanced Scorecard — BSC foi formulado o Mapa Estratégico, contemplativo de 12 objetivos estratégicos distribuídos em 03 perspectivas: Sociedade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento.

Sob a premissa de fortalecer a identidade do Poder Judiciário Estadual, bem como estabelecer a sua forma de atuação, estão identificadas no Planejamento Estratégico 2021-2026, a Missão, Visão e Valores que servirão de diretrizes para a atuação institucional.

A Estratégia Nacional

Conforme editada pelo Conselho Nacional de Justiça, a Resolução 325 de 29 de junho de 2020 estabeleceu os pressupostos de atuação do Poder Judiciário para o período 2021-2026.

As diretrizes orientam para uma atuação uniforme no âmbito do Poder Judiciário e o fortalecimento da nossa capacidade de enfrentamento dos Macrodesafios propostos até o ano de 2026. Dessa forma é que foram escolhidos os objetivos estratégicos e constituída as bases para a formulação das ações que consolidarão a estratégia.

Importante destacar que a Estratégia Nacional, conforme pressupostos estabelecidos, leva em consideração a necessidade de que cada órgão do Poder Judiciário atue na direção de estabelecer convergência de suas ações de forma a potencializar todos os esforços no enfrentamento dos desafios estabelecidos para a conquista de excelência de atenção ao jurisdicionado.

Ainda merece destaque que para o monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, conforme definido pelo CNJ, será realizado “precipualemente por meio de: Indicadores de Desempenho, Metas Nacionais e diagnósticos para verificar realização de iniciativas estratégicas (programas, projetos e ações) que visem alcançar os Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário)”¹

¹ Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 (documento editado pelo CNJ).

Metodologia

O processo revisional do Planejamento Estratégico com vistas ao período 2021-2026 foi iniciado mediante a realização de Consulta Pública no mês de janeiro de 2021, sendo que ainda no ano de 2020, após a edição da Resolução CNJ nº 325 de 29 de junho de 2020 foram realizadas as primeiras abordagens relacionadas com o cronograma de atividades para a elaboração e edição do novo texto do PE — 2021–2026.

Para a elaboração da nova formulação estratégica foram consideradas as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça. As informações foram disseminadas nas reuniões setoriais realizadas com todos os segmentos do Tribunal, de forma a orientar as tratativas levadas a termo.

Ao longo do período foram realizadas as seguintes atividades:

- Aprovação do Cronograma de Trabalho;
- Reunião da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica — APOGE com as áreas administrativas para validação das propostas de alteração. Análise e compilação das informações recebidas;
- Reuniões setoriais para apresentação das diretrizes de trabalho, com fixação de agenda para a entrega das discussões realizadas internamente pelos setores;
- Elaboração da minuta de Resolução do novo Planejamento Estratégico 2021-2026.

Identidade Estratégica

A identidade estratégica do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo reflete os pressupostos de sua atuação. Dessa forma estabelecidas a Missão, a Visão e os Valores estão definidos: o propósito de sua atuação, aonde pretende chegar até o ano de 2026 e os princípios que pautam a sua atuação institucional.

Missão

“Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do estado democrático de direito”.

Visão

Ser uma instituição que promove a Justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência.

Valores

Celeridade, Eficiência, Ética, Transparência, Imparcialidade, Modernidade, Acessibilidade, Responsabilidade Sócio Ambiental.

Perspectivas Estratégicas

As perspectivas estratégicas explicitam, de acordo com o modelo de gestão do BSC — Balanced Scorecard, a visão organizacional a partir de um conjunto de objetivos organizacionais aptos ao enfrentamento dos Macrodesafios fixados para o Poder Judiciário, como um todo, e identificados no Mapa Estratégico.

A partir de uma lógica integrativa das perspectivas organizacionais é possível pensar que o alcance de cada objetivo contribui em harmonia para realização da missão institucional. Tal situação decorre da relação de causa e efeito entre os diversos componentes da análise estratégica, definidos pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça e, reproduzidas na formulação estratégica do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, são apresentadas três perspectivas:

Sociedade

Essa perspectiva define a própria missão institucional: o Tribunal existe para assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. São as entregas obrigatórias, devidas à sociedade capixaba.

Processos Internos

Nesta perspectiva estão os objetivos estratégicos relacionados com a prestação jurisdicional mais célere e eficiente, aumento da produtividade e a governança judiciária.

Aprendizado e crescimento

Compreende a dimensão de valorização e desenvolvimento de pessoas, cujo foco principal é a preparação da instituição para acompanhamento e enfrentamento das mudanças. Também compreende os objetivos de sustentação do Poder Judiciário, ligados aos recursos orçamentários financeiros tecnológicos fundamentais para o alcance das estratégias organizacionais.

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos explicitados no Mapa Estratégico estão correlacionados com os Macrodesafios fixados na Estratégia Nacional 2021-2026, pelo Conselho Nacional de Justiça e têm o condão de identificar os resultados que a organização pretende atingir. Os objetivos estratégicos se alinham para viabilizar a missão institucional e a sua visão de futuro, bem como ressaltar os valores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Iniciativas Estratégicas

As Iniciativas Estratégicas são necessárias para alcance dos Objetivos Estratégicos. Elas são orientativas e representam a base para a formulação de projetos, programas e ações que impulsionarão a execução da Estratégia no período de 2021-2026.

Catálogo dos Objetivos Estratégicos e das Iniciativas estratégicas associadas, relacionados com os Macrodesafios fixados pelo CNJ

SOCIEDADE

→ Macrodesafio CNJ 01: Garantia Dos Direitos Fundamentais

◆ S.01.01 — Aperfeiçoar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça.

- S.01.01.001 — Impulsionar a justiça digital.

◆ S.01.02 — Promover a acessibilidade.

- S.01.02.001 — Implantar o Programa de Acessibilidade.

→ Macrodesafio CNJ 02: Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.

◆ S.02.01 — Incentivar programas permanentes de cidadania.

- S.02.01.001 — Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.

- S.02.01.002 — Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao Adolescente.

◆ S.02.02 — Aprimorar o relacionamento com os jurisdicionados, operadores do direito e a sociedade.

- S.02.02.001 — Promover a comunicação aproximativa entre as pessoas e públicos do Poder Judiciário.

- S.02.02.002 — Modernizar e Alinhar as ações de Comunicação do Poder Judiciário.

PROCESSOS INTERNOS

→ Macrodesafio CNJ 03: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

◆ PI.03.01 — Garantir efetividade na prestação jurisdicional.

- PI.03.01.001 — Impulsionar a desjudicialização de processos de Execução Fiscal
- PI.03.01.002 — Aprimorar o Sistema dos Juizados Especiais.
- PI.03.01.003 — Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.

→ Macrodesafio CNJ 04: Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

◆ PI.04.01 — Combater a corrupção e a improbidade administrativa.

- PI.04.01.001 — Impulsionar processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública.

→ Macrodesafio CNJ 05: Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.

◆ PI.05.01 — Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos.

- PI.05.01.001 — Desenvolver parcerias externas, objetivando a dinamização dos procedimentos de mediação e conciliação nas fases Pré Processuais e processuais.
- PI.05.01.002 — Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.

- PI.05.01.003 — Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.
- Macrodesafio CNJ 06: Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios.
 - ◆ PI.06.01 — Consolidar o sistema de precedentes obrigatórios.
 - PI.06.01.001 — Implantar e Manter os sistemas informatizados e a gestão das informações do sistema de precedentes obrigatórios.
- Macrodesafio CNJ 07: Promoção da Sustentabilidade.
 - ◆ PI. 07.01 — Promover a sustentabilidade.
 - PI. 07.01.001 — Elaborar novo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJES).
 - PI.07.01.002 — Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável — PLS.
 - PI.07.01.003 — Instituir Política de Responsabilidade Social do PJES.

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Macrodesafio CNJ 08: Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.
 - ◆ AC. 08.01 — Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal.
 - AC. 08.01.001 — Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal.
- Macrodesafio CNJ 09: Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança judiciária.

◆ AC.09.01 — Fortalecer a governança institucional.

- AC.09.01.001 — Avaliar e contribuir com o aperfeiçoamento dos mecanismos de Governança da Gestão Administrativa do PJES.
- AC.09.01.002 — Aperfeiçoar a Gestão Administrativa.
- AC.09.01.003 — Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.

→ Macrodesafio CNJ 10: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.

◆ AC.10.01 — Consolidar a valorização de magistrados e servidores.

- AC.10.01.001 — Fortalecer as Políticas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores do PJES.
- AC 10.01.002 — Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.
- AC.10.01.003 — Promover a adequação da força de trabalho.
- AC.10.01.004 — Estruturar sistema informatizado na Secretaria de Gestão de Pessoas.

→ Macrodesafio CNJ 11: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.

◆ AC.11.01 — Garantir a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros na execução da estratégia.

- AC.11.01.001 — Aperfeiçoar a execução orçamentária e financeira.
- AC.11.01.002 — Assegurar recursos para atendimento dos projetos.

→ Macrodesafio CNJ 12: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

- ◆ AC. 12.01 — Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC. AC. 12.01.001 — Implantar Gestão de Demanda.
 - AC.12.01.002 — Aumentar o índice de Governança de TIC.
 - AC.12.01.003 — Buscar conformidade com normas e boas práticas de TIC.
 - AC.12.01.004 — Gerenciar e aprimorar os serviços de TI.
 - AC.12.01.005 — Reestruturar a STI — Recursos Humanos e Estrutura Organizacional.
- ◆ AC.12.02 — Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados.
 - AC.12.02.001 — Aprimorar a Segurança da Informação.
 - AC.12.02.002 — Implantar e gerenciar o atendimento à LGPD.
- ◆ AC. 12.03 — Aprimorar as aquisições e contratações de TIC.
 - AC.12.03.001 — Elaborar e executar o Plano de Contratações de TIC.
- ◆ AC.12.04 — Aumentar a satisfação dos usuários do sistema judiciário.
 - AC.12.04.001 — Reduzir o tempo de atendimento às demandas de TIC dos usuários.
- ◆ AC.12.05 — Promover a transformação digital.
 - AC.12.05.001 — Ampliar a utilização de sistema processual eletrônico a 100% das unidades.

- ◆ AC.12.06 — Buscar a inovação de forma colaborativa e promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas.
 - AC.12.06.001 — Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas.
- ◆ AC.12.07 — Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores.
 - AC.12.07.001 — Regulamentar e Implantar o Plantão na STI. AC.
 - AC.12.07.002 — Elaborar e executar Plano de Capacitação.

Acompanhamento do Planejamento Estratégico

Resultados dos indicadores no ano de 2024

A seguir, estão apresentados os resultados dos indicadores elencados no Planejamento Estratégico e monitorados no ano de 2024. Para cada objetivo estratégico, são apresentados os indicadores de desempenho e o resultado apurado no exercício de referência.

Ressaltamos que os dados não contemplam resultados parciais do ano em análise e nem de anos anteriores.

OBJETIVO	INICIATIVA ESTRATÉGICA	INDICADOR	MEDIDA	APURAÇÃO	META	RESULTADO em 2024	DESEMPENHO
SOCIEDADE							
S.02.02 – Aprimorar o relacionamento com os jurisdicionados, operadores do direito e a sociedade.	S.02.02.001 – Promover a comunicação aproximativa entre as pessoas e públicos do Poder Judiciário	Número de campanhas realizadas	Unidade	Anual	6	6	Desejável
		Número de visitas técnicas	Unidade	Anual	24	22	Desejável
PROCESSOS INTERNOS							
PI. 03.01 – Garantir Efetividade na Prestação Jurisdicional	PI. 03.01.001 – Impulsionar a desjudicialização de processos de Execução Fiscal	Taxa de congestionamento das execuções fiscais	%	Anual	65%	71,47%	Desejável
		TCL - Taxa de congestionamento líquida, EXCETO execuções fiscais	%	Anual	70%	63,61%	Desejável
	PI. 03.01.002 – Aprimorar o Sistema dos Juizados Especiais	IAD - ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA – 1ºGRAU	%	Anual	100%	118,88%	Desejável
		IAD - ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA - 2º GRAU	%	Anual	100%	107,05%	Desejável
PI. 04.01 – Combater a Corrupção e a Improbidade Administrativa	PI. 04.01.001 – Impulsionar processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública	TpCpICE - TEMPO MÉDIO DOS PROCESSOS PENDENTES DE IMPROBIDADE, CORRUPÇÃO E CRIMES ELEITORAIS	Dias	Anual	750	1940	Insatisfatório
PI. 05.01 – Estruturar O Sistema De Meios Alternativos De Solução De Conflitos	PI.05.01.001 – Desenvolver parcerias externas, objetivando a dinamização dos procedimentos de mediação e conciliação nas	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	%	Anual	14,00%	12,48%	Satisfatório

	fases Preprocessuais e processuais.						
	PI.05.01.002 – Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	%	Anual	14,00%	12,48%	Satisfatório
PI. 07.01 – Promover a Sustentabilidade	PI. 07.01.002 – Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável – PLS	ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE - IDS	%	Anual	75%	68,07%	Desejável
		Nº DE MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE ATENDIDAS	Unidade	Anual	1	1	Desejável
APRENDIZADO E CRESCIMENTO							
AC. 08.01 – Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal	AC. 08.01.001 – Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal	Realizar 100% das audiência de presos apresentados	%	Anual	100	80	Satisfatório
AC. 09.01 – Fortalecer a Governança Institucional	AC. 09.01.001 – Avaliar e contribuir com o aperfeiçoamento dos mecanismos de Governança da Gestão Administrativa do PJES	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	%	Anual	100%	97,81%	Desejável
		Percentual de cumprimento dos Itens do Ranking da Transparência CNJ	%	Anual	88,75%	88,78%	Desejável
		ÍNDICE DE DESEMPENHO NO PREMIO CNJ DE QUALIDADE	%	Anual	90	66,90%	Insatisfatório
		Acompanhar percentual mínimo da LRF	%	Anual	5,40%	4,62%	Satisfatório
		Limite Prudencial	%	Anual	5,40%	4,83%	Satisfatório
		Nº DE ALERTAS EMITIDOS	Unidade	Anual	1	6	Desejável
	Nº DE INFORMES SCI EMITIDOS	Unidade	Anual	1	29	Desejável	
	AC. 09.01.003 – Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais	PERCENTUAL DE CONCLUSÃO DA OBRA	%	Anual	100%	100%	Desejável

		Nº DE EDIFICAÇÕES ACESSÍVEIS	Unidade	Anual	3	3	Desejável
		Percentual de Conclusão da Contratação de serviço de mensageira	%	Anual	100%	100%	Desejável
		Percentual de Conclusão da Contratação de serviço locação de veículos	%	Anual	100%	100%	Desejável
AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC. 10.01.001 – Fortalecer as Políticas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores do PJES	Aumentar em 10% a participação de Magistrados	Unidade	Anual	36	880	Desejável
	AC 10.01.002 – Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho,	PRQV - PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO TOTAL PARTICIPANTE DE AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	%	Anual	50%	22,21%	Regular
AC. 11.01 – Garantir a Aplicação dos Recursos Orçamentários e Financeiros na Execução da Estratégia	AC. 11.01.001 – Aperfeiçoar a execução orçamentária e financeira.	IDOB - ÍNDICE DE DOTAÇÕES PARA DESPESAS OBRIGATÓRIAS	%	Anual	90%	79,52%	Satisfatório
AC. 12.01 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	AC. 12.01.001 – Implantar Gestão de Demanda	Índice de Demandas de Sustentação Atendidas	%	Anual	90%	75,28%	Satisfatório
	AC. 12.01.002 – Aumentar o índice de Governança de TIC	IGovTIC-JUD	Pontos	Anual	95	90,45	Desejável
		Índice de Execução de PDTIC	%	Anual	51,05%	72,09%	Desejável
	AC. 12.01.003 – Buscar conformidade com normas e boas práticas de TIC	IGovTIC-JUD	Pontos	Anual	95	90,45	Desejável
	AC. 12.01.004 – Gerenciar e aprimorar os serviços de TI	PERCENTUAL DE CASOS ELETRÔNICOS SOBRE O ACERVO TOTAL	%	Anual	100%	89,80%	Satisfatório
	AC. 12.01.005 – Reestruturar a STI – Recursos	Quantitativo mínimo de servidores	%	Anual	60%	33,56%	Regular

	Humanos e Estrutura Organizacional	determinado pelo CNJ (88 servidores)					
AC. 12.02 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	AC. 12.02.001 – Aprimorar a Segurança da Informação	Nº de ações voltadas ao fortalecimento da segurança da informação	Unidade	Anual	5	13	Desejável
	AC. 12.02.002 – Implantar e gerenciar o atendimento à LGPD	Nº de ações voltadas ao fortalecimento da LGPD	Unidade	Anual	1	1	Desejável
AC. 12.03 – Aprimorar as Aquisições e Contratações de TIC	AC. 12.03.001 – Elaborar e executar o Plano de Contratações de TIC	Índice de Contratações de TIC Realizadas	%	Anual	80%	68,10%	Satisfatório
AC. 12.04 – Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário	AC. 12.04.001 – Reduzir o tempo de atendimento às demandas de TIC dos usuários	Índice de Adesão de Pesquisas de Satisfação	%	Anual	7,68%	0,80%	Insatisfatório
		Índice de Satisfação dos usuários	%	Anual	90%	74,53%	Satisfatório
AC. 12.05 – Promover a Transformação Digital	AC. 12.05.001 – Ampliar a utilização de sistema processual eletrônico a 100% das unidades	Percentual de unidades judiciárias de 1º grau utilizando o PJe	%	Anual	100%	100,00%	Desejável
AC. 12.07 – Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores	AC. 12.07.002 – Elaborar e executar Plano de Capacitação	Índice de Execução do Plano de Capacitação de TIC - PCTIC	%	Anual	40%	46,66%	Desejável

Faixas de desempenho: Desejável (maior ou igual a 90%); Satisfatório (entre 60%, inclusive, e 90%); Regular (entre 40%, inclusive, e 60%); Insatisfatório (menor que 40%)

Acompanhamento de Programas, Ações e Projetos

A seguir, estão apresentados os status dos programas, ações e projetos correlacionados aos objetivos do Planejamento Estratégico e monitorados no ano de 2024.

O **relatório completo** dos programas, ações e projetos pode ser consultado na página de [Acompanhamento de Programas, Ações e Projetos](#) do portal do TJES.

MACRODESAFIO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INICIATIVA ESTRATÉGICA	Identificação do projeto	Data de Início	Previsão de Término	Status do Projeto em 31/12/2024
SOCIEDADE						
01: Garantia Dos Direitos Fundamentais	S.01.02 — Promover a acessibilidade	S.01.02.001 — Implantar o Programa de Acessibilidade.	Programa de Acessibilidade de Inclusão.	02/07/2020	Contínuo	Em andamento
			Plano de Gestão de Acessibilidade dos Imóveis do PJES	28/02/2020	31/12/2025	Em andamento
02: Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.	S.02.01 — Incentivar programas permanentes de cidadania.	S.02.01.001 — Fortalecimento de políticas institucionais voltadas para as vítimas de violência doméstica.	Programa JusAcolhimento: Cuidado e Atenção às Magistradas e Servidoras em situação de violência doméstica.	20/03/2024	31/12/2024	Em andamento
			Programa Botão do Pânico.	01/01/2024	31/12/2025	Em andamento
			Programa Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha.	01/01/2024	31/12/2025	Em andamento
			Aquisição de novo ônibus para o Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha.	17/11/2023	31/12/2024	Em andamento
			Termo de cooperação entre Poder Judiciário, Ministério Público e Secretaria de Segurança do Estado.	01/01/2024	31/12/2025	Em andamento
			Termo de Cooperação entre o Poder Judiciário com TRT e a Justiça Federal.	01/01/2024	31/12/2025	Em andamento
			Termo de cooperação entre Poder Judiciário, TRE, TRT, Justiça Federal e Secretaria Estadual de Política para Mulheres.	23/02/2024	31/12/2025	Em andamento
			Aplicativo Ouvidoria da Mulher.	21/05/2024	31/12/2024	CONCLUÍDO

		S.02.01.002 — Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à criança e ao Adolescente.	Amparo aos Filhos Menores.	30/06/2024	30/09/2025	Em andamento
			Meu Pai É Legal.	01/08/2022	31/12/2025	Em andamento
			Entrega Voluntária.	27/06/2022	31/12/2025	Em andamento
			Entrega Voluntária.	01/06/2023	31/12/2025	Em andamento
			Programa Portas Abertas.	27/03/2024	26/03/2026	Em andamento
	S.02.02 — Aprimorar o relacionamento com os jurisdicionados, operadores do direito e a sociedade.	S.02.02.001 — Promover a comunicação aproximativa entre as pessoas e públicos do Poder Judiciário.	Cartilha "Faça você mesmo".	25/07/2024	30/12/2024	CONCLUÍDO
			Maria da Penha vai à Escola.	01/03/2024	31/12/2024	CONCLUÍDO
			Palestras sobre violência doméstica e familiar em escolas.	01/01/2024	31/12/2025	Em andamento
PROCESSOS INTERNOS						
03: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	Pl. 03.01 — Garantir efetividade na prestação jurisdicional	Pl. 03.01.003 — Estabelecer mecanismos para a razoável duração do processo e qualidade da prestação jurisdicional.	Programa de Monitoramento das inspeções judiciais nos meios fechado e aberto do sistema socioeducativo.	26/05/2009	Contínuo	Em andamento
			Liberdade responsável.	11/09/2024	31/12/2024	Em andamento
			Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário.	15/03/2024	07/06/2024	CONCLUÍDO
			Núcleo de Audiência de Custódia.	08/08/2024	31/12/2025	Em andamento
			Juiz de Garantias	08/08/2024	31/12/2025	Em andamento
			Implantação do BNMP 3.0.	02/02/2024	12/08/2024	CONCLUÍDO
			Implantação de modelo de atuação do monitoramento eletrônico.	12/07/2024	13/07/2024	CONCLUÍDO
			Centrais Integradas de Alternativas Penais do Estado do Espírito Santo (CIAPES).	21/08/2024	31/12/2024	CONCLUÍDO
Mutirão Processual.	01/11/2024	30/11/2024	CONCLUÍDO			

			Sistema de Apresentação Remota e Reconhecimento Facial - SAREF.	01/08/2024	31/12/2024	Em andamento
			Programa/Política Antimanicomial.	01/03/2024	31/12/2024	Em andamento
05: Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos.	PI. 05.01 — Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos	PI.05.01.001 — Desenvolver parcerias externas, objetivando a dinamização dos procedimentos de mediação e conciliação nas fases Preprocessuais e processuais.	Realização do Fonamec- Fórum Nacional de Mediação e Conciliação do Estado do Espírito Santo.	15/05/2024	17/05/2024	CONCLUÍDO
		PI.05.01.002 — Fortalecer parcerias internas visando maior integração com outros setores do PJES para estimular o uso de métodos alternativos de solução de conflitos nos processos judiciais.	Incentivo à Meta Nacional 3.	31/07/2024	30/11/2025	Em andamento
			Sessões assíncronas em parceria com a plataforma MOL.	01/10/2024	01/03/2026	CONCLUÍDO
		PI.05.01.003 — Ampliar a estrutura física e de pessoal dos Centros Judiciários de Solução de Conflito e do NUPEMEC.	Firmar Termo de Cooperação Técnica com grandes litigantes, em parceria com Coordenadoria dos Juizados Especiais.	21/03/2024	01/11/2025	Em andamento
			Adesão a Projetos de Cidadania de Vitória e Serra.	01/02/2024	19/12/2025	Em andamento
			1º Processo Seletivo para vagas de Mediadores e Conciliadores Judiciais.	25/03/2024	11/06/2024	CONCLUÍDO
			2º Processo Seletivo para vagas de Mediadores e Conciliadores Judiciais.	30/06/2024	28/03/2025	Em andamento
			Curso de formação e aperfeiçoamento de instrutores em mediação e conciliação judiciais.	26/08/2024	30/08/2026	Em andamento
			Instalação do Cejusc Saúde.	02/03/2024	21/06/2024	Em andamento
			Instalação de Cejuscs no Estado.	07/01/2024	19/12/2026	Em andamento
			Estruturação Nupemec e Cejuscs.	01/03/2024	19/12/2025	Em andamento

07: Promoção da Sustentabilidade.	Pl. 07.01 – Promover a Sustentabilidade	Pl.07.01.002 — Cumprir as metas estabelecidas no Plano de Logística Sustentável — PLS.	Placas fotovoltaicas.	01/02/2023	18/07/2024	CONCLUÍDO
			Instalação de Máquinas Retorna Machine.	28/08/2024	31/12/2026	Em andamento
APRENDIZADO E CRESCIMENTO						
08: Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal.	AC. 08.01 – Aperfeiçoar a Gestão da Justiça Criminal	AC. 08.01.001 — Fortalecimento de políticas institucionais voltadas à Justiça Criminal e de Execução Penal.	Sistema de Gestão das Serventias Extrajudiciais do PJES - SIGEX.	10/10/2022	31/03/2024	CONCLUÍDO
			Sistema de Gestão das Serventias Extrajudiciais do PJES - SIGEX Módulos CID.	19/11/2024	19/03/2027	Em andamento
09: Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da Governança judiciária.	AC. 09.01 – Fortalecer a Governança Institucional	AC.09.01.003 — Dispor de Infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais.	Banheiros padronizados.	08/05/2024	12/05/2025	Em andamento
			Obra de construção do Fórum da Comarca de Alegre.	30/03/2022	26/07/2024	CONCLUÍDO
			Reforço Fórum da Comarca de Vargem Alta.	08/08/2023	20/02/2024	CONCLUÍDO
			Mobiliários sob medida.	15/04/2024	18/04/2025	Em andamento
			Divisória, piso e forro.	12/10/2023	13/10/2025	Em andamento
			Regularização e reforma de 04 edificações.	18/09/2023	16/10/2024	Em andamento
			Projetos executivos e complementares para reforma geral do prédio Sede do Tribunal de Justiça.	27/09/2023	24/10/2024	Em andamento
			Climatização para o Pleno e Biblioteca do prédio Sede do TJ e Central Multidisciplinar do Fórum de Vila Velha.	12/08/2024	17/08/2025	Em andamento
			Muro Fórum da Comarca de Guarapari (laudo, projeto e planilha).	09/12/2024	03/02/2026	Em andamento
			Videowall para monitoramento.	05/10/2023	29/05/2024	CONCLUÍDO
Caminhão para Logística.	04/11/2024	27/04/2025	Em andamento			
14 veículos para Desembargadores.	18/03/2024	26/11/2024	CONCLUÍDO			

10: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.	AC.10.01 – Consolidar a valorização de magistrados e servidores	AC.10.01.001 — Fortalecer as Políticas de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Servidores do PJES.	Programa Roda de Conversa.	08/01/2024	19/12/2024	CONCLUÍDO
			Programa Ofi-Cine.	08/01/2024	19/12/2024	CONCLUÍDO
			Programa de Segurança e Saúde do Trabalhador - SST.	08/01/2024	19/12/2024	CONCLUÍDO
		AC 10.01.002 — Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua.	Programa de atendimento a magistrados e servidores com deficiência no Poder Judiciário do Espírito Santo.	08/01/2024	19/12/2024	CONCLUÍDO
			Programa de Acompanhamento ao Trabalhador (PAT).	01/08/2024	19/12/2024	CONCLUÍDO
			PPA - Programa de Preparação para Aposentadoria.	08/01/2024	19/12/2024	CONCLUÍDO
			Programa de ações de Saúde.	08/01/2024	19/12/2024	CONCLUÍDO
			Digitalização dos prontuários de saúde em meio físico.	08/01/2024	19/12/2024	CONCLUÍDO
		AC.10.01.003 — Promover a adequação da força de trabalho.	Designações Temporárias.	21/06/2024	20/06/2027	Em andamento
			Concurso Público Ingresso Atividade Notarial e de Registro.	08/02/2024	26/03/2026	Em andamento
			Concurso Público Ingresso Magistratura.	14/03/2023	13/03/2025	Em andamento
			Concurso Público Ingresso Quadro Servidores.	15/12/2022	14/12/2024	CONCLUÍDO
		AC.10.01.004 — Estruturar sistema informatizado na Secretaria de Gestão de Pessoas.	Migração do Sistema de RH.	10/10/2024	27/05/2026	Em andamento
11: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.	AC. 11.01 – Garantir a Aplicação dos Recursos Orçamentários e Financeiros na Execução da Estratégia	AC.11.01.002 — Assegurar recursos para atendimento dos projetos.	Financiamento Externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para custear projetos de modernização do PJES.	12/12/2024	12/12/2029	Em andamento

12: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.	AC. 12.01 – Aperfeiçoar a Governança e a Gestão de TIC	AC.12.01.003 — Buscar conformidade com normas e boas práticas de TIC.	Digitalização do Arquivo corrente judicial do PJES, Recursos Humanos e Arquivo.	01/01/2024	31/12/2024	Em andamento
	AC. 12.02 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados	AC.12.02.001 — Aprimorar a Segurança da Informação.	Aquisição de equipamentos de segurança da informação (Firewall - Proteção de Borda).	22/04/2023	17/12/2028	Em andamento
		AC.12.02.002 — Implantar e gerenciar o atendimento à LGPD	Detetives da Privacidade.	16/12/2024	31/12/2025	Em andamento
	AC. 12.06 – Buscar a Inovação de Forma Colaborativa Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas	AC.12.06.001 — Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas.	Aquisição de switches.	10/11/2024	29/03/2025	Em andamento
		AC.12.06.001 — Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas.	Aquisição de desktops, notebooks, leitores de mídia e nobreaks.	26/01/2024	31/12/2024	Em andamento

Considerações Finais

O gráfico a seguir busca ilustrar o grau de realização dos indicadores associados aos objetivos estratégicos no exercício de 2024, levando em consideração as faixas de desempenho: Desejável (maior ou igual a 90%); Satisfatório (entre 60%, inclusive, e 90%); Regular (entre 40%, inclusive, e 60%); Insatisfatório (menor que 40%).

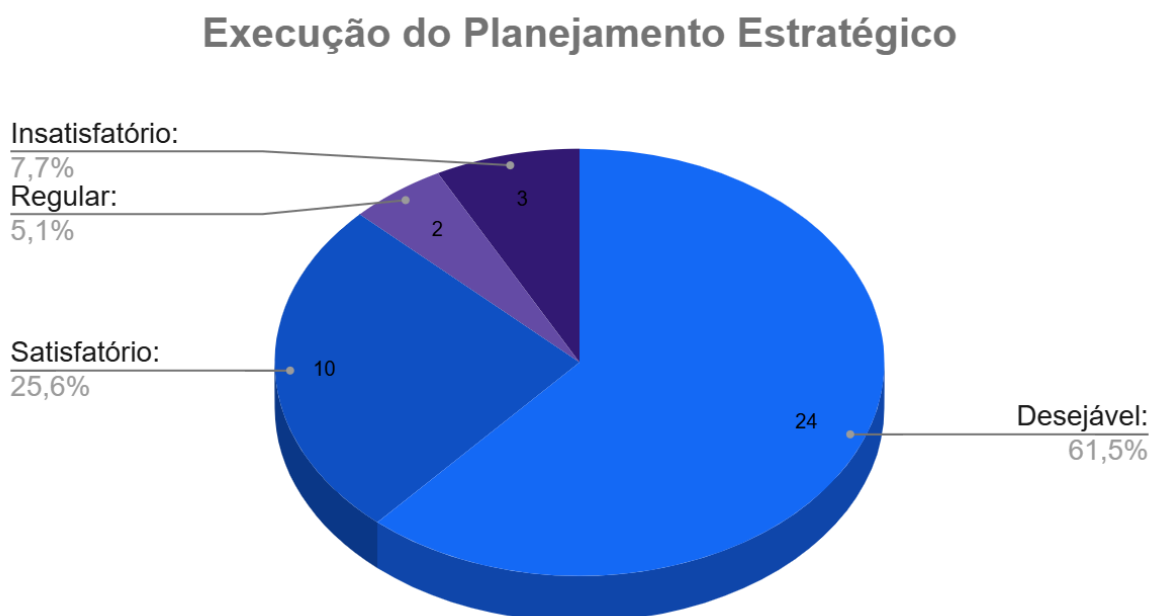


Gráfico 01 - Execução do Planejamento Estratégico em 2024.

A partir da análise do gráfico de Execução do Planejamento Estratégico em 2024, verifica-se que a situação se encontra majoritariamente positiva, haja

vista o percentual de execução desejável de 61,5% e 25,6% satisfatório. Já os percentuais 7,7% Insatisfatório e 5,1% Regular de execução, deixa margem para um avanço significativo no planejamento estratégico com a aplicação de ações de melhoria em 2025.

Com relação aos projetos acompanhados em 2024, dos 75 projetos monitorados, 34,7% foram concluídos. Cumpre destacar que 58 destes projetos foram iniciados nesse mesmo ano. Por tal motivo, o percentual de projetos em andamento foi de 65,3%, visto que uma série de projetos ainda se encontram em execução.

Acompanhamento de Programas, Ações e Projetos

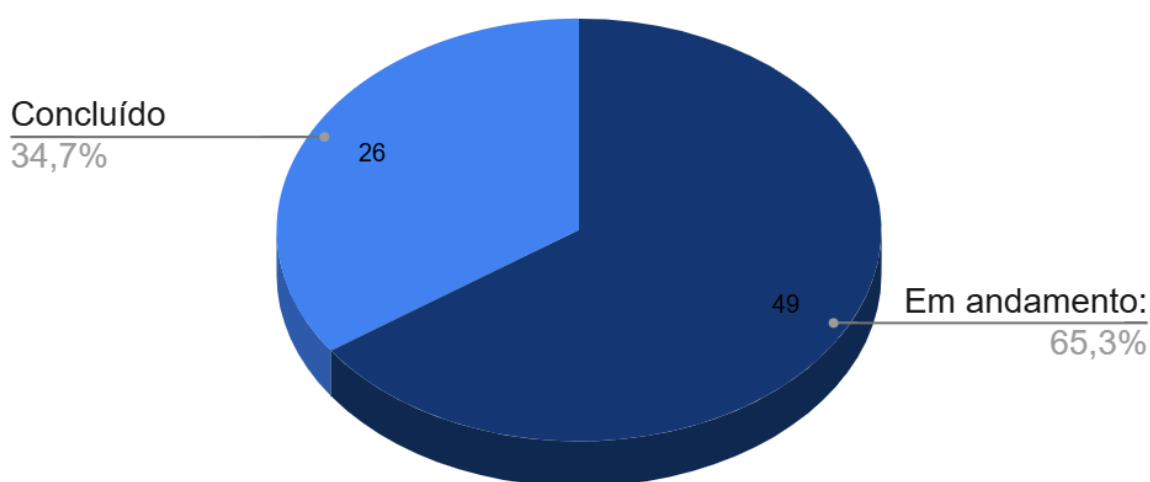


Gráfico 02 - Acompanhamento de Programas, Ações e Projetos

Face aos resultados apresentados, as próximas decisões no âmbito deste Tribunal serão direcionadas pelo conhecimento e melhoria da estratégia, através da sensibilização dos setores para formatação de programas, projetos e

ações que servirão como instrumentos de alcance das metas fixadas. À medida em que a utilização do modelo proposto se torne um processo sistemático dentro do Tribunal, os resultados serão melhorados e alcançados.

Diante da avaliação e validação permanente dos indicadores atribuídos a cada iniciativa estratégica, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo poderá seguir como uma organização orientada pela estratégia, ou seja, estimulando todos os magistrados e servidores ao alcance de sua visão institucional.